

## **CASA-GRANDE & SENZALA E A DEMOCRACIA RACIAL: UM CONVITE OFICIAL AO ABANDONO DA IDENTIDADE NEGRA**

Nathália Dothling Reis  
Mestra em Antropologia Social  
[nathaliadothling@hotmail.com](mailto:nathaliadothling@hotmail.com)

*“O preto escravizado por sua inferioridade, o branco escravizado por sua falsa superioridade, ambos se comportam de acordo com uma orientação neurótica” (Frantz Fanon).*

### **RESUMO**

Este artigo pretende analisar pontos da obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, enfatizando na proposta do autor de que a miscigenação resolveu os problemas raciais no Brasil, o que levou à crença da democracia racial. Em um primeiro momento, trago a importância da obra para a época, ao romper com o silêncio sobre a temática da escravidão e as tentativas de Gilberto Freyre em positivar a imagem do negro e negra no Brasil. Em um segundo momento, apresento críticas à obra no que diz respeito à forma como o autor romantiza a miscigenação e propõe que há, no Brasil, uma democracia racial. Finalmente, defendo que a ideologia do branqueamento e a crença no mito da democracia racial interferem negativamente na formação da identidade negra no Brasil.

**Palavras-chave:** Gilberto Freyre, democracia racial, identidade negra, escravidão, miscigenação, colonização.

## **CASA-GRANDE & SENZALA AND THE RACIAL DEMOCRACY: AN OFFICIAL INVITATION TO THE ABANDONMENT OF BLACK IDENTITY**

### **ABSTRACT**

This article intends to analyze points of the work of Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, emphasizing in the author's proposal that the miscegenation solved racial problems in Brazil, which led to the belief of racial democracy. At first, I bring the importance of the work to the time, breaking with the silence on the subject of slavery and the attempts of Gilberto Freyre to positivize the image of black people in Brazil. In a second moment, I present criticisms of the work regarding to the way the author romanticizes miscegenation and proposes that there is, in Brazil, a racial democracy. Finally, I argue that the ideology of whitening and the belief in the myth of racial democracy negatively interfere in the formation of black identity in Brazil.

**Key words:** Gilberto Freyre, racial democracy, black identity, slavery, miscegenation, colonization.

## INTRODUÇÃO

Em 1888, ocorre a Abolição da Escravatura e, com isso, várias pessoas negras ficam “livres” e sem trabalho. Nesta época criam-se vários mitos de que as pessoas negras eram vagabundas, preguiçosas e não serviam para os trabalhos. Em 1889, se proclama a República e com isso o forte desejo da formação da Identidade Nacional Brasileira. Agora que o Brasil não era mais uma monarquia, que país seria? O que fazer com esse enorme contingente de negros e negras e como “positivar” a imagem do Brasil? Antes da Abolição a sociedade era marcada pela dicotomia livre/escravo, mas com o fim da escravidão a questão da nação e povo passa a ser colocada com a diversidade biológica e étnica como obstáculos. Havia a necessidade de reunir toda essa diversidade em uma só nação e em um só povo na busca da identidade coletiva, a identidade do povo e da nação brasileira (MUNANGA, 2004; NASCIMENTO, 1977 in RATTTS (org.), 2006).

Nesta época se intensifica o processo migratório de italianos, alemães, etc. Isso faz parte do grande plano de embranquecer o Brasil; a ideia era que com as misturas de negros e negros com europeus brancos, ao final de algumas décadas teríamos uma população mais branca. Assim, nos livraríamos dessa “má imagem” de população negra e de todas as denotações que isso conlhevava. Houve um constante estímulo ao “branqueamento”; quanto mais próximo do branco e da branca a pessoa ou grupo fosse, mais aceito seria socialmente. Beatriz Nascimento (1977 in RATTTS (org.), 2006), ao falar em democracia racial, traz o exemplo de um homem negro em Salvador que mostra para ela seus dois filhos, frutos de um casamento inter-racial e diz que o primeiro é mais parecido com ele e o segundo saiu “melhor”, pois é mais louro. Com isso, ele explica que, com o tempo, o negro vai desaparecer no Brasil e isso vai evitar conflitos de raça como nos Estados Unidos. Ela chama a atenção para que narrativas como essas são muito comuns entre as e os brasileiros e, inclusive, na bibliografia da época sobre relações raciais no Brasil. Trata-se de um momento em que cientistas e a elite dominante brasileira tentam criar uma imagem nacional distante da imensa população negra que habita o Brasil, incentivando a miscigenação como forma de “melhoramento” do povo brasileiro. De acordo com a autora, a origem desse imaginário remonta aos primeiros séculos da colonização quando “Antonil já dizia algo que ficou como máxima entre nós: „O Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos“” (NASCIMENTO, 1977 in RATTTS (org.), 2006, p.107). Estamos diante da realidade de um país que, após a “Abolição da Escravatura”, apostou nas relações de casamento ou concubinato para “melhorar a raça” até que a população brasileira fosse tornando-se cada vez mais “moreninha” e, com o tempo, branca.

É nesse contexto que a obra *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, é criada. A partir disso a sociedade brasileira foi convidada a acreditar na existência da democracia racial, tese que afirma que, no Brasil, a miscigenação resolveu o problema da discriminação racial. No entanto, se analisamos bem a obra, a História e a atual situação dos negros e negras no Brasil, a única conclusão possível é que o processo miscigenatório não só não resolveu o conflito entre raças, como prejudicou enormemente a formação da identidade negra.

## DESENVOLVIMENTO

### ***Casa-grande & Senzala: Gilberto Freyre e a tentativa de positivar a imagem negra***

Gilberto Freyre teve formação acadêmica nos Estados Unidos e passou bastante tempo na Europa, pesquisando, participando de conferências, visitando museus. Sempre lamentou que em 1888, quando da Abolição da Escravatura, não se pusesse em prática o plano de Joaquim Nabuco para integrar o escravo liberto ao trabalho livre. Sua obra reúne características do regionalismo, tradicionalismo e modernismo à sua maneira. Herdeiro de uma casa-grande do Recife colonial, é desde essa perspectiva que irá falar. Em 1933 publica sua grande obra *Casa-Grande & Senzala* (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003), na qual encontramos o trecho a seguir:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano (FREYRE, 2006, p.367).

Assim inicia o capítulo IV, “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro” de *Casa-Grande & Senzala*. Com essa obra, deseja positivar a imagem do negro e do indígena rompendo com estereótipos negativos desses e dessas no Brasil e assim, aumentar a autoestima do povo brasileiro. Freyre aporta a ideia de que a escravidão é tema central na formação do Brasil. Ele rompe com um silêncio que havia no país sobre o tema desde a Abolição. Com a Proclamação da República, a elite brasileira adota uma ideologia positivista, conservadora e racista, no sentido biológico e preconceituoso. Negava a participação do negro na formação nacional. À República não interessava o tema da escravidão, visto que a Abolição alimentava o culto à princesa Isabel e à monarquia em geral. Um ano após esta, falava-se da escravidão

como algo antigo e desaparecido. Intelectuais conservadores e conservadoras, até os e as mais antirracistas, não falavam sobre o tema da escravidão. Não havia censura oficial para escrever sobre o tema, o que parecia existir era uma autocensura, uma espécie de tabu, que vem a ser rompido com a obra freyriana (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003).

Freyre narra o que se passava nas casas-grandes, apontando para as acusações da sociedade aos negros e contestando-as. O autor salienta a ideia de que quando consideramos a influência do negro e da negra na formação da sociedade brasileira, devemos saber que a ação é do escravizado e da escravizada e não do negro e da negra, como se evidencia nesse parágrafo:

Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simplesmente do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela monocultura de que foi instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre movediço (FREYRE, 2006, p.397).

Sempre se acusou as negras, escolhidas a dedo para serem amas de leite, de iniciarem precocemente a vida sexual dos meninos brancos das casas-grandes. O autor diz que a verdade é que as próprias mães brancas empurravam seus filhos às escravizadas, com medo de que fossem homossexuais.

Nenhuma casa-grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. (...) O que se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. Femeeiro. Deflorador de mocinhas. E que não tardasse em empenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos (FREYRE, 2006, p.456).

A última frase evidencia que para as senhoras e senhores de engenhos era interessante que as mulheres escravizadas tivessem filhos, pois com isso aumentariam seu patrimônio. Os filhos e filhas da população negra escravizada eram também propriedade das senhoras e senhores e assim que crescessem serviriam de mão de obra. As negras nas casas-grandes não seduziam os filhos dos Senhores; muito pelo contrário, eram ordenadas por estes a colaborar. De acordo com Sueli Carneiro (2011), as mulheres negras eram estupradas pelos senhores e senhorzinhos brancos nas casas-grandes, o que ela chama de *estupro colonial*. Segundo Freyre: “Entre esses escravos os senhores favoreciam a dissolução para “aumentarem o número de crias

como quem promove o acréscimo de um rebanho” (cit. por Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*). (...) O que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques” (FREYRE, 2006, p.399).

Também se falava que a sífilis e outras doenças haviam sido trazidas pelos negros e negras da África para o Brasil. Mas em realidade, a maioria contagiava-se aqui do contato sexual, muitas vezes obrigatório, com os brancos já contaminados dos bordéis. Existia até um dito que afirmava que para um sífiloso nada melhor que uma negrinha virgem (FREYRE, 2006). Acusou-se o negro e a negra de introduzir na sociedade brasileira a depravação sexual, o erotismo, a luxúria, mas se sabia que eram mais moderados e moderadas sexualmente que os europeus e as europeias. Nas linhas de Freyre,

É uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações. Sem esforço (FREYRE, 2006, p.398).

Nos estudos científicos racistas, a raça negra sempre foi tida como inferior biologicamente. Freyre traz todo um apontamento de estudos da época que tinham o intuito de comprovar que as etnias de negros e negras trazidas para o Brasil eram mais inteligentes e superiores que alguns brancos e brancas e que outras etnias negras. Tinham conhecimentos importantes sobre a agricultura e a mineração e contribuíram muito para o desenvolvimento dessas áreas no Brasil.

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos (FREYRE, 2006, p.390).

Os estudos étnicos usados por Freyre sobre a formação negra no Brasil eram baseados nos estudos antropológicos de Nina Rodrigues, que comprovou com seus estudos que nossa colonização era constituída também pelos chamados pretos de raça branca ou Fulas. Não só os fula-fulos, mas também outras etnias mestiças entre hamíticos e árabes, considerados superiores por já serem misturados e *branqueados*. Além dos Fulas, o Brasil também recebeu escravos Haúça, Niam Niam, Mangbatu, Kanembu, Mandingo e tantos outros também já mestiçados (FREYRE, 2006).

Gente de cor cúbrea avermelhada e cabelos ondedos quase lisos. Os negros desse estoque, considerados, por alguns, superiores aos demais do ponto de vista antropológico, devido à mistura de sangue hamítico e árabe, vieram principalmente para as capitâneas, e mais tarde províncias, do Norte (FREYRE, 2006, p.386).

Houve imposição religiosa aos africanos e africanas. Alguns e algumas eram até batizadas antes mesmo de saírem da África, como os angolanos e angolanas. Isso fazia com que algumas amas de leite fossem mais católicas que as próprias senhoras e acabavam, muitas vezes, sendo responsáveis pela religiosidade dos sinhozinhos. Para Freyre, essa informação contrapõe-se à teoria de que eram elas as responsáveis pela promiscuidade e pela iniciação sexual dos meninos das casas-grandes.

O autor aponta para a crueldade dos meninos brancos com os escravizados e escravizadas que trabalhavam na casa-grande e com os moleques (meninos miscigenados). Acredita que essa atitude era fruto do que viam ocorrer nos engenhos, a maneira como os pais maltratavam, açoitavam e castigavam os negros e negras escravizadas. Além disso, a ação dos meninos era estimulada pelos pais, tanto pelo exemplo, como pela condescendência (FREYRE, 2006).

Além desses pontos, ao longo de sua obra, Freyre (2006) aponta várias vezes para a justificativa do clima. Acredita que os trópicos influenciavam nas relações das etnias que aqui se encontravam e que favoreciam o contato íntimo do povo com seus líderes em locais abertos. Afirma também que o português tinha facilidade de adaptação a esse clima e, por ser já misturado, tinha tendência a mesclar-se com etnias *exóticas*, o que facilitou a miscigenação entre as etnias formadoras do Brasil. Mistura esta que passa a ser o tema central na formação da tese da democracia racial. Para Freyre, essa convivência tão próxima entre negros e brancos nas casas-grandes vai fazendo com que se misturem as culturas dos dois. Citando João Ribeiro, diz que o cristianismo cedeu parte do culto aos escravizados com a presença de santos negros como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Além disso, os escravizados podiam ostentar seus acessórios típicos em festas como Natal, Ano-Bom e carnaval, o que para Freyre demonstra a proximidade das duas culturas (FREYRE, 2006).

### **Miscigenação, tropicologia e democracia racial: problemas em *Casa-grande & Senzala***

Apesar de ser uma obra que rompe com paradigmas da época e coloca a escravidão como tema central para pensar-se a História do Brasil, existem vários pontos problemáticos na obra de Gilberto Freyre. Primeiramente, é uma visão senhorial e aristocrática e condicionada à

realidade do nordeste brasileiro, visto que o autor narra desde sua perspectiva de homem, branco e pertencente à aristocracia do Recife. Os negros, negras e indígenas são tratados sob uma ótica paternalista, por que em realidade são considerados e consideradas inferiores. Mesmo na tentativa de positivar a imagem das etnias formadoras da sociedade nacional brasileira, a obra traz a voz da elite, e esta continua como agente histórica. Em todo momento há uma análise branca do que ganharam de seu contato cultural com negros, negras e indígenas (MEDEIROS, 1984). A obra é uma tentativa de transformar o que é tido como a vergonha nacional em um sentimento mais positivo, como defende Medeiros (1984) em sua crítica a *Casa-Grande & Senzala*:

Quando prevalecia um grande pessimismo com relação à composição racial do país, a miscigenação racial é vista como feliz combinação que juntou o que de melhor havia no estoque cultural e psicológico das três raças constitutivas (MEDEIROS, 1984, p. 12).

Em seus estudos no Brasil, Freyre é fortemente influenciado pelo antropólogo culturalista Franz Boas. Afirma aprender dele a diferença entre raça e cultura, porém cai em contradição quando trata o português como um “tipo” psicológico bem definido, remetendo ao português tanto a ideia de nação quanto de raça. Além disso, utiliza-se muito dos estudos de Nina Rodrigues pertencente à escola do “racismo científico”, que visava provar cientificamente a superioridade do branco e da branca puros e, com isso, legalizar a discriminação racial (MEDEIROS, 1984).

Freyre usa abordagem cultural, funcional e psicológica na construção de *Casa-Grande & Senzala*, o que acaba causando uma confusão de métodos. Utiliza-se de uma visão muito romântica dos fatos, linguagem literária e muitas vezes de interpretações e intuições extremamente pessoais. Não há um rompimento total com as teses racistas, prevalecendo o determinismo racial. Ele faz uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas não se refere à problemática da dominação de classe, nem fala das articulações entre os grupos sociais, “acabando por reduzir estes fenômenos sociais a peculiaridades culturais, a categorias psicológicas, quase que a meras curiosidades de nossos antepassados” (MEDEIROS, 1984, p.30).

Para o autor, a colonização portuguesa no Brasil conta com fatores especiais, como, por exemplo, o clima tropical que gera a formação de uma sociedade peculiar através do fenômeno do luso-tropicalismo. Afirma que as condições climáticas portuguesas eram as mais parecidas de toda a Europa ao clima brasileiro, o que faz do português o “tipo” perfeito para colonizar o Brasil, chegando a falar em predestinação do português a vencer nos trópicos, pois acredita que

outros europeus haveriam fracassado nessa tarefa. Escreve ainda que o negro e a negra também são fatores importantes para o sucesso na colonização brasileira. O “lusotropicalismo” consistia na ideia de que etnias indígenas, portuguesas e portuguesas, negros e negras possuíam as características psicoculturais mais adequadas para a realidade brasileira e, por isso, são responsáveis pelo sucesso da colonização do Brasil. Neste ponto, o autor acaba por pecar na visão naturalista de fenômenos sociais. Não se deve analisar as raças fisicamente, mas sim, socialmente. Erra em tratar o ser humano como um animal que está predisposto a viver em um *habitat*. Estava tão convencido da importância da influência climática nos fenômenos sociais, que defendia a criação da “tropicologia”, que seria uma ciência socioantropológica própria para estudar o Brasil tropical. Essa tese revela um determinismo climático bastante problemático. Nesta época surgem os primeiros “tropicologistas” como consequência da crença etnocêntrica de que o futuro do mundo estaria nos trópicos (MEDEIROS, 1984).

Além disso, o autor acredita que o povo português já era bastante heterogêneo culturalmente - tanto nobreza como burguesia e plebe eram resultado da miscigenação entre cristãos, mouros e judeus – o que lhe confere mais tendência à miscigenação, capacidade de adaptação e possibilidade de mobilidade social. Ele defende que não é possível falar em estratificações étnico-sociais numa sociedade tão plástica e inquieta. Essas análises de Freyre evidenciam uma crença etnocêntrica da superioridade da colonização brasileira, e também conferem uma reorientação no pensamento racial, visto que ao contrário de teóricos racistas ele acredita que o mestiço é um ser mais adaptado e não um “tipo” degenerado. Mesmo que invertida, permanece uma visão racista, pois admite o determinismo racial em sua análise (MEDEIROS, 1984).

Freyre diz que o português foi o único a selecionar a mão de obra escrava que seria trazida para o Brasil. As etnias que foram recebidas aqui não se constituíam de tipos negróides puros e puras, eram mais eugênicas por serem já mestiçadas.

Entre as diversas tribos negras, algumas se destacavam por um maior desenvolvimento cultural e pela presença de uma ascendência branca. Este era o caso dos fula-fulos e semi-hamitas, povos especialmente adiantados e únicos representantes da cultura maometana na África (MEDEIROS, 1984, p.35-36).

O autor chama esses escravizados de “falsos” negros e negras e acredita que eles e elas detinham qualidades humanas superiores. Mas é importante lembrar que não é ser fula-fulo o que caracteriza o negro e a negra no Brasil colonial e, sim, sua condição de escravizado. Esse



raciocínio aponta para uma perspectiva racista, visto que defende etnias miscigenadas, ou seja, já mescladas com o branco e a branca, o que nos remete a outro ponto que é a defesa do ideal do branqueamento. Tese esta que acredita que a mistura de negros e negras com brancos e brancas resulta na existência de indivíduos e indivíduos melhoradas, visto que vão perdendo sua negritude (MEDEIROS, 1984).

Freyre salienta a ideia de que as três etnias, uma vez estabelecidas no território brasileiro, viviam em um clima de cooperação. Porém, ao falar que a mulher indígena cooperava no contato sexual com o português, camufla uma situação de exploração sexual vivida pelas mulheres indígenas e negras no Brasil colonial. Atenua as divergências existentes entre os três grupos raciais, dando uma ideia de que viviam em harmonia e miscigenavam-se por gosto.

Esta prática – salienta o autor – fora livre em todo o país, revelando-se num instrumento poderoso no sentido da democratização das relações raciais brasileiras. Esse conceito é chave no pensamento do autor. É através desta ideia sobre a miscigenação que sustenta sua concepção sobre a democracia racial brasileira (MEDEIROS, 1984, p.38).

Em sua obra, o autor argumenta que a mistura étnica e cultural é característica de todo brasileiro e brasileira e é responsável pelo equilíbrio da sociedade nacional na medida em que impede a estratificação racial. Ele acredita que a miscigenação promoveu a aproximação das etnias desenvolvendo uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. A mestiçagem seria também um dos medidores do êxito da colonização portuguesa e uma consequência natural das características das três etnias. O português tinha uma sexualidade bastante desenvolvida e uma disposição a envolver-se com mulheres *exóticas*. Por outro lado, as negras e indígenas se mostravam receptivas às relações com o colonizador branco. E foi assim que, para Freyre, a miscigenação contribuiu decisivamente para a democratização do país. Portanto, para o autor, o português, ao relacionar-se sexualmente com negra e indígenas – em uma conjuntura de domínio sexual – estava contribuindo para uma situação democrática. Há, claramente, uma confusão entre os conceitos de domínio e de democracia (MEDEIROS, 1984).

Não se está discutindo, aqui, a existência de uma grande miscigenação no Brasil, sobre o que não existem dúvidas. Ela não foi, contudo, uma peculiaridade nacional. Todas as sociedades escravistas sofreram, em maior ou menor grau, um processo de mistura racial. O que se coloca

em discussão é que a miscigenação leve, como o autor sustenta, a uma democratização das relações raciais (MEDEIROS, 1984, p.43).

Freyre defende a ideia de que, por suas características especiais, os portugueses foram os colonizadores que melhor confraternizaram com as populações não brancas. No entanto, em sua própria obra aponta para dados de maltrato que sofriam os escravizados e escravizadas, que contradizem essa informação. O autor se confunde entre precisão científica e fantasia livre e aporta uma visão muito romantizada da vida social no Brasil colonial (MEDEIROS, 1984).

Em geral, Freyre conta a história do Brasil como o resultado da união cultural, étnica e psicológica dos três grupos étnicos formadores do país. Desprende-se dos fatos sociais e apresenta uma visão valorativa da realidade brasileira. A história vê-se reduzida a categorias psicológicas. Defende a ideia de que os senhores das casas-grandes eram caracterizados por “gosto” pelo mando, o que denomina *sadismo*, e que a população negra das senzalas possuía sentimentos *masoquistas*, com tendência à obediência. Através dessas categorias explica as relações de poder existentes na sociedade patriarcal, os contatos sexuais e justifica a ideia de elite baseando-se no *masoquismo* popular. Ao afirmar a existência de grupos *sádicos* e outros *masoquistas*, cai em contradição com sua própria ideia de democracia, reflexo de seu espírito aristocrático. Esse aspecto é revelado também se analisamos como, em sua obra, a casa-grande aparece em primeiro plano e a senzala em segundo. Além disso, peca de psicologismo, analisando com base em psicologia grupal. Para ele, cada etnia teria sua categoria psicológica específica que são unidas para a formação do brasileiro (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003).

### **Ideologia do branqueamento e enfraquecimento da identidade negra no Brasil**

A visão freyriana é extremamente idealista em relação ao pensamento racial, visto que ele nega a existência de discriminação racial no Brasil. Acredita que há harmonia entre as etnias, porém, o fato de os negros e as negras fugirem na época da escravidão e formarem quilombos e que a maioria da população pobre no Brasil seja negra, rompem com a ideia de democracia racial, atestando a existência de discriminação.

Em linhas gerais, a ideologia numa formação social visa a manutenção, em última instância, das relações de produção, garantindo, assim, a reprodução de um dado quadro de domínio. Tem ela, fundamentalmente, uma origem de classe, na medida em que visa o estabelecimento e a reprodução de uma determinada relação de exploração (MEDEIROS, 1984, p.69).

No caso de *Casa-Grande & Senzala*, a ideologia da democracia racial surge para legitimar a economia escravocrata e no fim desta, para escamotear a realidade em que é posto o negro e a negra no Brasil. A ideologia do branqueamento está presente na obra de Freyre e também no pensamento popular. Negros e negras, ao longo da história, puderam afirmar-se como brasileiros e brasileiras, mas não como negros e negras. A sociedade brasileira impõe ao negro e à negra um disfarce e abandono de sua negritude; é somente dessa maneira que ele e ela têm a chance de integrarem-se socialmente e quando conseguem uma ascensão social são levados a atuarem como branco e branca. De acordo com Kabengele Munanga (2004), o Brasil é um país que desenvolveu o “gosto” pelo branqueamento e, portanto, é difícil definir quem é negro ou não aqui. Muitas pessoas negras introjetaram a ideologia do branqueamento e não se veem como negras, fazendo com que o caminho de enegrecer-se seja doloroso. Para Munanga (2004), os conceitos de negro e branco não têm a ver com o biológico, mas com o etno-semântico, o político e o ideológico. Para entender isso precisamos entender como o projeto nacional brasileiro, calcado no mito da democracia racial, foi e é responsável pelo enfraquecimento da identidade negra.

No colonialismo, homens e mulheres miscigenadas tiveram acesso a trabalhos de mais alto escalão que negros e negras, por causa da falta de mão de obra branca. A partir disso, miscigenados ascenderam socialmente no Brasil, mas não por um ato de conquista e, sim, do que lhes sobrou. Neste momento rompeu-se com a dicotomia negro/branco e os mestiços e mestiças acabaram por renunciar à sua negritude. Desde essa época eles e elas foram incentivados a agirem como brancos e brancas, encontrando nisso uma oportunidade de mobilidade social.

Existiam prêmios materiais e ideais muito concretos em jogo, de modo a recompensar quem melhor interpretasse e internalizasse, como se fossem seus, a vontade e os desejos do dominador. *E é precisamente essa assimilação da vontade externa como se fosse própria, assimilação essa socialmente condicionada e que mata no nascedouro a própria auto-representação do dominado como um ser independente e autônomo que o conceito de sadomasoquismo quer significar* (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003, p.71).

Homi Bhabha (1998) aborda, desde uma análise psicanalítica, este tema da perda da identidade. Fala da mímica, como recurso do colonizado e da colonizada para imitar os modos culturais do colonizador e da colonizadora com o desejo de ser como ele ou ela. Também o

dominador e a dominadora utilizam-se dela para seguir em seus papéis de superioridade reafirmando essa condição e perpetuando sua dominação. Portanto, colonizado e colonizada, colonizador e colonizadora valem-se da mímica para construir uma imagem persuasiva de sujeito com o objetivo de apropriar-se do Outro.

De acordo com Bhabha, o processo de identificação se daria em três momentos: primeiro, é necessário existir para que haja uma relação de desejo para com um Outro externo; segundo, o colonizado e a colonizada desejam alcançar a posição superior do colonizador e da colonizadora, sem abandonar sua condição e, terceiro, esse processo faz surgir uma imagem de identidade que provoca a transformação do sujeito e da sujeita ao assumir essa imagem. Utiliza-se de termos da psicanálise, usados em Lacan, Eu e Outro, para designar essa relação entre colonizado(a) e colonizador(a). O Eu seria o lugar das identificações e relações duais e estaria relacionado com o primeiro ponto do processo de identificação, quando o colonizado e a colonizada identificam o lugar que ocupam ele(a) e o(a) dominador(a). No momento em que deseja preencher o lugar do colonizador e da colonizadora, entra no terceiro momento, no qual começa a perder sua identidade e assume as maneiras culturais dele e dela; é então que surge o Grande Outro. Em realidade, o abandono, parcial ou total, de sua cultura dá-se inconscientemente do contato com o Outro. Por conseguinte, o desejo e o inconsciente são do Outro e não do Eu (BHABHA, 1998).

Na prática, esses conceitos ilustram o processo da perda da identidade do negro e da negra no Brasil. A escravidão se dá ao modo muçulmano, no qual o escravizado e a escravizada que assumem a religião e os valores do colonizador e da colonizadora acabam por equiparar-se a ele e a ela em *status*. A europeização do brasileiro não passa de uma farsa imitativa, a reeuropeização não é só modernização, é o reflexo de como as classes mais baixas assumem a cultura das classes altas. O que ocorre é que aqui vincula-se o acesso a bens materiais à identificação do dominado e da dominada com os valores do opressor e da opressora. É uma técnica de dominação inteligente, bastante utilizada no caso brasileiro, visto que ela passa a contar com o desejo do conquistado e da conquistada e não depende, necessariamente, da violência (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003).

Essa estratégia de dominação, se, no pólo negativo, implica subordinação e sistemática reprodução social da baixa autoestima nos grupos dominados, no pólo positivo abre uma possibilidade efetiva e real de diferenciação social e mobilidade social (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003, p.69)

Permitir que os mestiços e negros ocupassem posições como capitães de mato e feitores fazia parte dessa estratégia, pois lhes dava a falsa ideia da possibilidade de mobilidade social. Mas Freyre não percebe, ou não quer ver, o engano que existe nesse processo. Pelo contrário, parte do polo positivo, para construir sua teoria da mestiçagem. Ele acredita que nosso modelo é uma contribuição civilizatória ao resto dos países, o que o leva à crença da democracia racial. Nesse momento histórico, o intuito era ingressar o Brasil na modernidade, que propunha contar a história de povos e nações promovendo coesão e solidariedade. Não houve uma preocupação com o futuro, apenas um juízo positivo do passado. É nesse contexto que nasce a obra de Freyre, que afirmava que a cena social colonial no Brasil era constituída pela característica peculiar do equilíbrio de antagonismos (KOSMINSKY, LÉPINE, PEIXOTO, 2003).

O projeto de nação e povo no Brasil nasce do encontro entre três raças diferentes - negra, indígena e branca – e da mestiçagem biológica e cultural entre elas. Antes da Abolição a sociedade era marcada pela dicotomia livre/escravo, mas com o fim da escravidão a diversidade biológica e étnica passam a ser vista como obstáculos. O mestiço e a mestiça acabam sendo o elemento central na tentativa da identidade coletiva, ele e ela se configuram no “tipo” socialmente aceito pela sociedade brasileira, uma espécie de válvula de escape do sistema, já que passam a serem visto e vista socialmente como branco e branca em algumas situações.

Na obra freyriana, há comparações entre o racismo nos Estados Unidos e no Brasil. O mestiço e a mestiça são também um elemento importante para entender essas diferenças entre os dois países. No primeiro, não houve oportunidade da formação do intermediário entre negro(a) e branco(a). Já no Brasil, o casamento do negro e da negra com o branco e a branca passou a ser visto como uma oportunidade dos filhos e das filhas romperem barreiras sociais, o que reflete a presença do ideal do branqueamento como uma necessidade para fugir das injustiças que sofrem os negros e as negras, que ocupam uma posição inferior na escala social. Quando o Brasil abre lugar para o mestiço e a mestiça socialmente, fecha a necessidade de ajuda para os negros e as negras como grupo. Em suma, o racismo declarado nos Estados Unidos cria um grupo de negros e negras com força social efetiva e, no Brasil, a ambiguidade cor/classe deixa os negros e negras sem coesão (REVISTA CCHLA, 1995).

Mas a mestiçagem não resolve os efeitos da hierarquização dos três grupos de origem da sociedade brasileira, nem os conflitos da desigualdade racial. É nítida a posição que ocupa o negro na estrutura social brasileira. Mas com a miscigenação e o grau sócio-econômico há possibilidade de transpor a linha da cor. É um sistema racial o nosso, que tem a capacidade de manter a estrutura racista sem necessidade de hostilidade aberta. É um racismo invisibilizado, pautado na ideia de que a mestiçagem foi capaz de ocasionar uma democracia racial sem

barreiras e sem preconceito. Mas essa ideia não passa de um mito que só dificulta a formação da identidade dos grupos oprimidos e dissimula as inúmeras desigualdades sociais e raciais existentes. A mestiçagem cultural e biológica contribui para o enfraquecimento da formação da identidade e do poder de contestação dos grupos excluídos (REVISTA CCHLA, 1995).

Ao longo da história, manifestações culturais e religiosas de origem africana foram proibidas e reprimidas pelas leis e ações policiais. Houve um constante estímulo ao “branqueamento”; quanto mais próximo do branco e da branca o indivíduo/indivíduo ou grupo fosse, mais aceito seria socialmente.

Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior e as demais nuances de miscigenação mais consideradas, integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses pólos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática (MOURA, 1988, p.62).

Cria-se, assim, uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnica dos grupos não-brancos. Hebe Mattos (2005, 2006) mostra que silenciar sobre a cor como símbolo de cidadania foi uma construção das próprias lutas anti-racistas do século XIX, como forma de tentar apagar a memória ainda recente da escravidão. Porém, isso teve consequências, já que ao embaralhar a “linha de cor” no Brasil não foi possível impedir “a adoção pública de projetos racistas de “branqueamento”, numa época em que tais discursos tinham estatuto de conhecimento científico no pensamento ocidental” (MATTOS, 2005, 2006, p.111). Dessa forma, nem a construção do mito da democracia racial, ao longo do século XX, nem a crítica a ele, feita pelos movimentos negros, deram conta de desfazer as hierarquizações de cor, presentes há muito tempo na sociedade brasileira. Também não puderam romper com o silêncio como forma de conviver com as situações de desigualdades, já que dizer-se negro ou negra, assim como no século XIX, é, de forma básica, assumir a dolorosa memória da escravidão inscrita na pele de tantas e tantos brasileiros. No censo realizado no Brasil em 1980, 136 cores diferentes de pele foram autodeclaradas pela população, o que demonstra essa fuga da realidade étnica e significa que por mecanismos alienadores, a ideologia dominante consegue introduzir seus valores nos e nas não-brancas (MOURA, 1988). A miscigenação não iguala, pelo contrário, hierarquiza e provoca a fuga identitária como maneira de não sofrer inferiorização pela cor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao sugerir a democracia racial, abandona-se a estrutura hierarquizada na qual as etnias foram ordenadas. É o reflexo de um sistema com valores discriminatórios que utilizou-se de mecanismos controladores para conservar-se. A democracia racial é um mito, mas a miscigenação é uma realidade brasileira. O que não pode continuar ocorrendo é a confusão do lado biológico dessa realidade com o social e o econômico. É preciso estar atento ao mestiço e à mestiça, constituído(a) pela ambiguidade que dificulta a definição de sua identidade, apresentando-se como um(a) ser conflituante.

Analisando mais a fundo a obra de Gilberto Freyre e a História da formação brasileira, percebemos que houve todo um esforço das elites nos diversos momentos em manter o negro e a negra, o não branco e a não branca numa escala inferior na sociedade e, mais do que isso, em fazer com que eles e elas acreditassem nessa inferioridade. O mito da democracia racial, que é endossado por *Casa-Grande & Senzala* e perdura nos dias de hoje, camufla o contexto de racismo que vive o Brasil. É necessário romper com esse pensamento e com o estigma do e da afrodescendente para que possamos reconhecer, por fim, o lugar importante e real que os negros e as negras ocupam na formação étnica e cultural deste país.

## REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. Interrogando a Identidade, Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial in *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011 Disponível em <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2006, 51ª edição.

KOSMINSKY, E.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. (orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003.

MATTOS, Hebe. “Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. São Paulo: Revista USP, 2005, 2006.

MEDEIROS, Maria Alice de A. *O Elogio da Dominação, Relendo Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

MOURA, Clóvis. Miscigenação e democracia racial: mito e realidade in *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Entrevista com Kabengele Munanga. Estudos avançados, 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. Publicado originalmente em: Revista IstoÉ. 23/11/1977, pp.48-49 in RATTTS, Alex (org.). Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

REVISTA CCHLA. 300 anos sem Zumbi dos Palmares. Mestiçagem: Um problema para a construção da Identidade Negra no Brasil. João Pessoa: UFPB, nov. 1995.

### **Filmografia**

**Café com Leite (Água e azeite?).** Direção: Guiomar Ramos, 2007.